



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

ATENÇÃO!

Prezado (a) Fornecedor (a), obrigado pelo interesse na contratação.
Leia atentamente as REGRAS e o TERMO DE REFERÊNCIA, abaixo.

REGRAS E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO VIA DISPENSA ELETRÔNICA

Fundamento: Lei nº 14.133/21 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

- 1) O FORNECEDOR interessado em participar da Dispensa Eletrônica deverá, obrigatoriamente, baixar o Termo de Referência, ler o documento na íntegra e estar de acordo com as regras descritas.
- 2) As informações acerca do objeto (especificação técnica), local e condições de entrega, recebimento, critério de aceitação, fiscalização e pagamento constam no Termo de Referência.
- 3) Em caso de dúvidas, entrem em contato no telefone (21) 2533-5675 ou por e-mail: compras@confere.org.br.
- 4) Havendo divergência entre o serviço descrito no CATSER e o informado na descrição complementar, vale o informado na descrição do Termo de Referência.
- 6) O FORNECEDOR deverá ter atenção ao lançar o seu preço, a fim de evitar valor inexequível.
- 7) O FORNECEDOR também deverá estar ciente do art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, in verbis:

"Fornecedor

Art. 8º O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021."

8) No preço ofertado deverão estar inclusos todos os impostos, os descontos e os transportes, ou seja, estas despesas serão por conta do fornecedor.

9) Após o encerramento da sessão pública e no prazo máximo de 2 (duas) horas, o agente da contratação verificará a documentação do fornecedor com o melhor preço, ou seja, a 1ª colocada dos respectivos itens, nos seguintes portais: **1) SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores/Consulta/Situação do Fornecedor** (acesso Governo) e **2) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), de acordo com o item 7 do Termo de Referência.

9.1) Caso o agente da contratação não logre êxito na consulta, será concedido o mesmo prazo para que o fornecedor envie, por meio do sistema (caso essa funcionalidade esteja disponível), a documentação, a proposta e, se necessário, documentos complementares, adequados ao último lance ofertado pelo vencedor. A solicitação será encaminhada no endereço do e-mail cadastrado pelo fornecedor junto ao SICAF, sendo que a informação incorreta ou desatualizada é de responsabilidade da fornecedor.

9.1.1) Essa documentação deverá ser apresentada como complemento da proposta de preços apresentada via sistema informatizado, em papel timbrado da empresa (de preferência), contendo o CNPJ, data, preço, marca, descrição detalhada do material a ser empregado na prestação do serviço, quando for o caso. A referida documentação deve estar de acordo com o descrito pela Empresa na Dispensa Eletrônica e validade mínima de 30 dias, com todas as características dos serviços cotados, **em especial a marca, o modelo, os acessórios** e o prazo de garantia, juntamente com catálogos ou folders, caso haja a contratação de insumos anexos a prestação de serviços. O não envio da proposta no prazo acima estabelecido será considerado desistência por parte da empresa participante e a sujeitará às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

10) NÃO aceitaremos itens com preços acima do valor de referência, exceto na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 4º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

11) O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Minas Gerais poderá solicitar documentação complementar para análise e parecer da área requisitante. Caso as especificações do serviço descrito na proposta não estejam de acordo com o que foi solicitado pela Administração na Dispensa Eletrônica, a proposta será desclassificada, sendo ofertado ao próximo colocado a oportunidade do envio de proposta, nas mesmas condições da vencedora do item.

12) OS FORNECEDORES deverão participar das Dispensas Eletrônicas com os serviços que fazem parte de sua linha de fornecimento cadastrada no SICAF ou junto à Receita Federal (CNAE). Portanto, antes de participarem, verifiquem se o cadastro no SICAF está atualizado, em especial, endereço de e-mail, de telefone e os Níveis Cadastrados: I – Credenciamento; II - Habilitação Jurídica e III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal, sob pena de ser desclassificada, diante da impossibilidade de contato.

13) Para que o empenho possa ser emitido, o fornecedor vencedora deverá comprovar a Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal, Estadual e Municipal, conforme o caso, por meio das seguintes certidões: 1) Receita Federal e PGFN, 2) FGTS, 3) Trabalhista, 4) Fazenda Estadual e 5) Fazenda Municipal.

14) De acordo com a legislação em vigor, a Administração Pública se reserva o direito de CANCELAR A CONTRATAÇÃO DE QUALQUER ITEM da presente Dispensa Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Fernandes dos Santos, Assessor Jurídico**, em 04/12/2024, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.confere.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0005088** e o código CRC **51DD5812**.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE

TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90.020/2024

1. OBJETO

1.1. Aquisição de mobiliários com **ENTREGA ÚNICA**, conforme especificado no Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição de mobiliários será para instalação na sede do Conselho Federal dos Representantes Comerciais (CONFERE) em Brasília, é medida necessária para viabilizar o funcionamento eficiente da entidade após a sua recente transferência do Rio de Janeiro para a Brasília. A mudança exige a adaptação das instalações para acomodar os funcionários, especialmente considerando que boa parte do efetivo ainda se encontra no Rio de Janeiro e deve ser transferida para Brasília até fevereiro de 2025, conforme previsto na portaria nº 50/2024- CONFERE.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Grupo	Item	CATMAT /CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	21806	Mesa para escritório reta , BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,20 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	22	R\$ 390,00	R\$ 8.580,00
	2	21806	Mesa para escritório reta , BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,50 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e	UNIDADE	01	R\$ 589,99	R\$ 589,99



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

		possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.				
3	21806	Mesa inicial reta BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,13 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	02	R\$ 366,47	R\$ 732,94
4	21806	Mesa complementar reta BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,13 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	04	R\$ 410,00	R\$ 1.640,00
5	21806	Biombo divisor de mesas com faces em madeira revestidas em laminado melamínico na cor cinza ou bege, cabeamentos laterais e superior em alumínio. Com passagem de cabo pelo interior da estrutura. Dimensão de 800 x 100 x 1010 (LxPxH).	UNIDADE	01	R\$ 550,04	R\$ 550,04
6	21806	Cadeiras giratórias para escritório, espaldar baixo, com regulagem de altura e assento e braços, na cor preta.	UNIDADE	31	R\$ 341,00	R\$10.580,00
7	21806	Gaveteiro volante (com rodízio), baixo, em BP/MDP ou MDF, revestidos internamente e externamente e em todas as faces aparentes nas cores cinza ou bege, inclusive as gavetas. Com dimensões de máxima 0,40m x mínima de 0,63 m x 0,40 m a 0,50 m (L x H x P) , com 04 gavetas, a primeira com ferragens para chave.	UNIDADE	23	R\$ 460,00	R\$ 10.580,00
						R\$ 33.243,97



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

3.1.1 A Dispensa se dará em grupo ÚNICO, sendo obrigatório a previsão e descrição dos itens conforme consta no quadro acima. Esta sistemática ocorrerá para evitar que diferentes empresas forneçam os itens, uma vez que haverá a necessidade de padronização.

3.1.2. O detalhamento e especificações pormenorizadas do objeto desse Termo de Referência encontram-se no anexo: **Apêndice I do TR.**

3.1.3. O serviço prestado, incluindo o material, deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de seu recebimento.

3.1.4. O serviço de instalação e mão de obra, incluindo todas as ferramentas, materiais, acessórios e utensílios serão por conta da CONTRATADA, sendo que deverão estar inclusos no valor total dos respectivos itens.

3.1.5. Os materiais deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de seu recebimento.

4. PRAZO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. O prazo da entrega será no máximo de **15 (quinze) dias úteis** a contar da data do primeiro dia útil, após o envio da Nota de Empenho.

4.2. As prorrogações para a conclusão da prestação dos serviços só serão aceitas na ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que as justifique.

4.3. O prazo para a entrega do material/início da prestação dos serviços não será, em hipótese alguma, prorrogado novamente, após a primeira prorrogação, sujeitando-se a CONTRATADA, nesta situação, às penalidades previstas em lei por seu descumprimento.

4.4. No momento da entrega, um servidor designado pela CONTRATANTE verificará se o material entregue atende às especificações do Termo de Referência, podendo rejeitar o material, no todo ou em parte, que esteja em desacordo com o especificado.

4.5. Não serão recebidos os materiais que apresentarem nas embalagens sinais de violação, aderência ao produto, umidade ou inadequação em relação ao seu conteúdo e não estiverem devidamente identificados e, em conformidade, com o estabelecido na legislação vigente.

4.6. Em caso de rejeição do material, o servidor lavrará um **Termo de Recusa e Devolução**, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações ou o motivo da rejeição. A CONTRATADA, com o recebimento do termo, ficará cientificada da obrigação de sanar as irregularidades apontadas, no prazo de até 10 (dez) dias úteis e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4.7. Caso a substituição não ocorra em até 10 (dez) dias úteis, a CONTRATADA incorrerá em atraso na entrega e se sujeitará à aplicação das sanções cabíveis.

4.8. Os custos da substituição dos itens rejeitados correrão por conta da CONTRATADA.

4.9. O funcionário nomeado como fiscal irá acompanhar a entrega do objeto e formalizará o seu recebimento na própria Nota Fiscal.

5. RECEBIMENTO

5.1. O prazo de garantia mínimo será de 12 (doze) meses, a partir da data da entrega.

5.2. A entrega dos móveis e a montagem deverá ser realizada de forma única, sem custo adicional.

5.3. A entrega e montagem deverá ocorrer na SBS, QDR 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad – 14º andar, SLS. 1401 a 1406, CEP: 70070-120,

5.4. A entrega deve, obrigatoriamente, ser agendadas via e-mail: cpl@confere.org.br e compras@confere.org.br ou telefone: (21) 2533-5675, sob pena da impossibilidade do recebimento.

5.5. A montagem e instalação dos móveis, por conta das regras do condomínio, deverá obrigatoriamente ser agendada, podendo ocorrer aos finais de semana. O Confere disponibilizará um funcionário para acompanhar o serviço.

6. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO

6.1. Os móveis serão provisoriamente aceitos, por empregado a ser designado, acompanhado da sua respectiva Nota Fiscal, a partir da entrega, para verificação da sua conformidade com as especificações constantes da proposta.

6.2. Os móveis serão definitivamente aceitos após a verificação da sua conformidade com as especificações constantes na proposta em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, salvo disposição em contrário.

6.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens/serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, das especificações do material entregue e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do que foi proposto, devendo ser exercido por um ou mais representantes do CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/21.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

6.5. Constatado dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 14.133/21.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Será vencedora a proposta com **menor preço por item** e **habilitada**, ou seja, em conformidade com o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividida em: **I - jurídica; II - técnica; III - fiscal, social e trabalhista; e IV - econômico-financeira.**

JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3. As certidões serão verificadas pelo agente da contratação por intermédio do SICAF e da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.4. Na Dispensa Eletrônica será obrigatório os níveis de cadastramento junto ao SICAF ou documento equivalente: **I – Credenciamento, II - Habilitação Jurídica e III - Regularidade Fiscal e Trabalhista (Receita Federal, PGFN, FGTS e Trabalhista)**, nas quais as certidões podem ser extraídas dos sítios: Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp); Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>); Consulta Regularidade do Empregador (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>); **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (<https://www.tst.jus.br/certidao1>) e **Fazenda Estadual e Municipal**, conforme o caso.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Caso a licitante seja filial, os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. Em caso de empate, a proposta enviada primeiramente prevalecerá sobre as demais.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

7.9. As quantidades dos produtos informadas neste Termo de Referência não vinculam à Administração Pública, uma vez que a compra está condicionada à existência de dotação orçamentária.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.10. O fornecedor deverá **apresentar 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu o produto e prestou ou vem prestando serviços compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência. A necessidade da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica é justificada por conta da necessidade de expertise do fornecedor em fornecer produto de qualidade e executar a sua instalação.

7.11. Em caso de dúvidas quanto a autenticidade do Atestado de Capacidade Técnica, o fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do referido documento solicitado.

7.12. A exigência do atestado de capacidade técnica visa garantir qualidade mínima à contratação, em face da importância da correta prestação do serviço para o Conselho.

7.13. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

7.13.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.14. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade.

7.14.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

7.14.2. A prestação do serviço, de acordo com a legislação vigente, deverá ser feita por profissional habilitado.

7.14.4. O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins desta contratação, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a empresa.

7.14.5. O profissional indicado na forma supra deverá ser o responsável técnico do serviço - objeto do contrato - e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

8. ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.1. A qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

8.1.1- Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.1.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral - LG, Liquidez Corrente LC, e Solvência Geral - SG superiores a 1 (um).

8.1.3 - Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.1.4 - As demonstrações contábeis deverão apresentar as assinaturas do titular ou representante da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado.

8.1.5 - As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.

8.1.6- Poderão ser exigidas dos fornecedores, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

9. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

9.1. Por definição, o objeto da presente contratação consiste em bem e/ou serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21.

10. PROPOSTA

10.1. Os orçamentos deverão ser detalhados, com valores em reais, já incluídos todos os custos do fornecedor, como entrega, montagem, impostos, carga e descarga, além



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

de conter CNPJ, data, validade, razão social, endereço, telefone de contato, e-mail, nome e assinatura do responsável.

10.2. O fornecedor deverá observar o art. 40, § 2º, do CDC (Código de Defesa do Consumidor).

10.3. A proposta deve obedecer ao descrito no Termo de Proposta onde a empresa irá informar os valores que irá praticar, anuindo com o descrito neste Termo de Referência, destacando que no sistema compras.gov o item será único, onde o total da proposta deve ser lançado no sistema quando da Sessão Pública e na proposta física, deve-se discriminar os valores dos 7 (sete) itens em separado.

11. MODALIDADE

11.1. Esta contratação será realizada por meio da Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/21, em função do seu baixo valor, por intermédio do Sistema de Dispensa Eletrônica de Preços, cujo acesso é via Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>).

11.2. A contratação será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

11.3. Caso a Dispensa Eletrônica resulte fracassada ou deserta, o procedimento será: **I** – republicado; **II** - fixado prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou **III** - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas. O disposto nos itens I e III caput poderão ser utilizados nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

10.4. Os manuais e orientações para utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica de Preços estão disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/manuais>).

12. GARANTIA

12.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia contra defeitos/vícios, impropriedades de fabricação dos produtos de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

12.2. Na hipótese de a CONTRATADA oferecer garantia por tempo superior, esta prevalecerá.

12.3. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar o Termo de Garantia no ato de conclusão da entrega do objeto, o qual pode constar também da Nota Fiscal.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

12.4. A presente cláusula não exclui a garantia do fabricante.

13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. A presente contratação poderá ser formalizada mediante a emissão de Nota de Empenho, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/21, que faculta à Administração Pública a substituição do contrato por outro instrumento hábil, nos seguintes casos: I - dispensa de licitação em razão de valor; e II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

13.2. Caso a contratação seja formalizada mediante a emissão da Nota de Empenho, nos termos do item acima descrito, todavia, a entrega seja parcelada, o documento terá a mesma validade disposta no artigo 95 da Lei nº 14.133/21.

13.3. A Nota de Empenho será encaminhada para o e-mail do fornecedor vencedor da Dispensa Eletrônica.

13.4. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida (infração administrativa), consoante o estabelecido no art. 155 da Lei nº 14.133/21, sujeitando-o às penalidades (sanções) legalmente estabelecidas, previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Exercer a fiscalização da contratação por intermédio de funcionários designado(s).

14.2. Receber, conferir e avaliar o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, na forma prevista no Art. 140 da Lei nº 14.133/21.

14.3. Recusar os móveis que não estiver de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

14.4. Solicitar interrupção da entrega de móveis que estejam em desacordo com as especificações e demais exigências previstas no Termo de Referência.

14.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

14.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, a aplicação de sanções e sua alteração, quando se fizerem necessárias.

14.7. Proceder aos pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e preços pactuados.

14.8. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Manter-se, durante todo o processo de contratação direta, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o artigo 62 da Lei nº 14.133/21 e item 7 do Termo de Referência.

15.2. Fornecer os móveis, atendendo, rigorosamente, suas especificações, prazos e atividades previstas no Termo de Referência.

15.3. Efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto ou que forem rejeitados, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo estipulado neste Termo de Referência.

15.4. Assumir todas as responsabilidades resultantes da observância da Legislação e do fornecimento dos itens objeto deste Termo de Referência.

15.5. Responder por todos os tributos federais, estaduais e municipais que, eventualmente, incidirem sobre a avença, bem como acidentes de trabalho que, porventura, ocorrerem e todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

15.6. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, despesas e encargos resultantes do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, no que couber.

15.7. Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATADA, inerentes ao objeto de fornecimento da contratação.

15.8. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado ao patrimônio do CONTRATANTE em razão de negligência, imperícia e imprudência de seus funcionários durante a entrega do material.

16. PAGAMENTO

16.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após o ateste da Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil,



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

conforme o caso, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, desde que o material/serviço tenha sido entregue/prestado integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da CONTRATANTE.

16.2. A CONTRATANTE seguirá a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: I - fornecimento de bens; II - locações; III - prestação de serviços; e IV - realização de obras.

16.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 serão efetuados no âmbito do CONFERE, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal com o ateste do recebimento definitivo.

16.4. O CONFERE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do ateste, se os móveis não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

16.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE.

16.6. Na Nota Fiscal emitida para a CONTRATANTE deverão constar os dados bancários para crédito/emissão da ordem bancária, contendo: código e nome do banco, número da agência (sem o dígito) e número da conta corrente (com o dígito).

16.7. Na Nota Fiscal deverá obrigatoriamente constar no campo "OBSERVAÇÕES", (1) o número da nota de empenho, e (2) o número do processo.

16.8. Na efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

16.9. No caso da CONTRATADA ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

16.10. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, a CONTRATANTE efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

16.11. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

16.12. É vedado à CONTRATADA, sob pena de rescisão do ajuste, negociar ou caucionar a Nota de Empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto da avença.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

16.13. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.

16.14. Caso a situação não seja regularizada, a CONTRATANTE efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art.147 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/21.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O fornecedor ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, na forma do art. 155 da Lei nº 14.133/21:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, na forma do art. 156 da Lei nº 14.133/21:



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. Para aplicação das sanções, será observado o disposto no § 2º do art. 156 ao art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18. RESCISÃO

18.1. A inexecução total ou parcial do ajuste enseja a sua rescisão, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência.

18.2. O ajuste será rescindido pelo CONTRATANTE, se verificada a ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

18.3. A rescisão será formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.4. O ajuste será rescindido caso o CONTRATANTE verifique que a qualidade dos materiais/serviços, conforme o caso, entregues/fornecidos pela CONTRATADA estejam fora das especificações necessárias.

19. FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de Brasília, para dirimir questões oriundas desta contratação.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

20. CONTATOS

20.1. Setor de Licitações

E-mail: cpl@confere.org.br

Tel.: (21) 2533-5675

Dr. Robson Lima

20.2. Setor de Compras

E-mail: compras@confere.org.br

Tel.: (21) 2533-5675

Sr^{as}. Daniele Fulchiron/Djéssica Castro/Pablo Nassif.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2024.

Renato Skaetta
Gerente Administrativo



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE

APÊNDICE I

DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Grupo	Item	Descrição	Unidade de Medida	Qtde.
1	1	Mesa para escritório reta , BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,20 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	22
	2	Mesa para escritório reta , BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,50 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	01
	3	Mesa inicial reta BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,13 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	02
	4	Mesa complementar reta BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,13 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	04
	5	Biombo divisor de mesas com faces em madeira revestidas em laminado melamínico na cor cinza ou bege, cabeamentos laterais e superior em alumínio. Com passagem de cabo pelo interior da estrutura. Dimensão de 800 x 100 x 1010 (LxPxH).	UNIDADE	01
	6	Cadeiras giratórias para escritório, espaldar baixo, com regulagem de altura e assento e braços, na cor preta.	UNIDADE	31
	7	Gaveteiro volante (com rodízio), baixo, em BP/MDP ou MDF, revestidos internamente e externamente e em todas as faces aparentes nas cores cinza ou bege, inclusive as gavetas. Com dimensões de máxima 0,40m x mínima de 0,63 m x 0,40 m a 0,50 m (L x H x P) , com 04 gavetas, a primeira com ferragens para chave.	UNIDADE	23



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE

APÊNDICE II

MODELO DE PROPOSTA

**Ao Conselho Federal dos Representantes Comerciais – CONFERE,
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90.020/2024**

Razão Social: _____ CNPJ: _____
Endereço: _____ Número: _____
Complemento: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Telefone: () _____
Nome Proponente: _____
E-mail: _____

Grupo	Item	Descrição	Unidade de Medida	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Mesa para escritório reta , BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,20 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	22	R\$	R\$
	2	Mesa para escritório reta , BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,50 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	01	R\$	R\$
	3	Mesa inicial reta BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,13 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	02	R\$	R\$

Processo de Dispensa Eletrônica nº 21/2024 – Dispensa Eletrônica nº 90.020/24

Confere Brasília: SBS, QDR 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad – 14º andar, SLS. 1401 a 1406

CEP: 70070-120, Tel.: (61) 3225-3663 – Fax: (61) 3223-2442

E-mail: confere@confere.org.br – Site: www.confere.org.br



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

4	Mesa complementar reta BP, MDP ou MDF, no tamanho 1,13 m x 0,6 m e altura de 0,74 m (tolerância de mais ou menos 1 cm), revestida em todas as faces através de laminado melamínico nas cores cinza ou bege. Preferível que seja dotada de furação no tampo para passagem de fiação, pé em aço e possibilidade de calha abaixo do tampo para passagem de fiação.	UNIDADE	04	R\$	R\$
5	Biombo divisor de mesas com faces em madeira revestidas em laminado melamínico na cor cinza ou bege, cabeamentos laterais e superior em alumínio. Com passagem de cabo pelo interior da estrutura. Dimensão de 800 x 100 x 1010 (LxPxH).	UNIDADE	01	R\$	R\$
6	Cadeiras giratórias para escritório, espaldar baixo, com regulagem de altura e assento e braços, na cor preta.	UNIDADE	31	R\$	R\$
7	Gaveteiro volante (com rodízio), baixo, em BP/MDP ou MDF, revestidos internamente e externamente e em todas as faces aparentes nas cores cinza ou bege, inclusive as gavetas. Com dimensões de máxima 0,40m x mínima de 0,63 m x 0,40 m a 0,50 m (L x H x P) , com 04 gavetas, a primeira com ferragens para chave.	UNIDADE	23	R\$	R\$

Valor total R\$ xxxxxxxxxxxx

Cidade, ____ de _____ de 2024.

ASSINATURA DO PROPONENTE

VALIDADE DA PROPOSTA: NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS.

OBS: NOS VALOR ACIMA DEVERÃO ESTAR COMPREENDIDOS, ALÉM DO LUCRO, ENCARGOS SOCIAIS, CUSTOS OPERACIONAIS, ENCARGOS TRIBUTÁRIOS E QUAISQUER OUTRAS DESPESAS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NO FORNECIMENTO DO BEM/SERVIÇO. ADEMAIS DEVERÃO OBSERVAR AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, SENDO CERTO QUE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONTIDAS NA PROPOSTA VINCULAM O FORNECEDOR.